



**SINTRAJUD** SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL  
NOSSA LUTA FAZ ACONTECER! NO ESTADO DE SÃO PAULO

Band reinicia campanha pelo fim da Justiça do Trabalho | 1

# Band reinicia campanha pelo fim da Justiça do Trabalho

**FAKE NEWS DA MÍDIA COMERCIAL**



Reportagem exibida pelo 'Jornal da Band' desta terça-feira (30 de outubro) marcou o relançamento da campanha midiática contra a Justiça do Trabalho no pós eleição. Sob o título "Ações trabalhistas consomem mais de R\$ 75 bi por ano", foram desfiados uma série de dados distorcidos. O objetivo era defender a incorporação do judiciário trabalhista à Justiça Federal ou à Estadual ou ainda sua substituição por câmaras de mediação e arbitragem privadas com decisões definitivas e sem possibilidade de recurso judicial.

O custo apontado na matéria soma estimativas de gastos dos patrões com ações judiciais e pagamento de advogados, sem informação da fonte dos dados, e o orçamento de manutenção da Justiça do Trabalho. Além disso, não é mencionado o papel de resgate de impostos e contribuições previdenciárias cumprido pela JT.

A privatização da garantia de direitos alimentares, como é o caso das conquistas



trabalhistas, além de aumentar a insegurança jurídica coloca o trabalhador à mercê das interferências diretas do mercado.

[Assista ao vídeo aqui.](#)

## Papel social da JT

Além disso, é propagandeado na reportagem que a JT teria processos demais e seria muito morosa, o que a tornaria “uma das mais caras do mundo”. Cabe ressaltar que a função da Justiça do Trabalho não é arrecadatória, mas de regulação dos conflitos trabalhistas e garantia de direitos sociais. E nesse sentido, o índice de conciliação é, de acordo com o **Relatório Justiça em Números** deste ano, o mais alto de todos os ramos do Judiciário. O índice de conciliação nacional em 2017 foi de 12,1% em todo o Poder. Na Justiça do Trabalho atingiu a média de 24,8%. O segundo índice mais próximo foi o dos tribunais de justiça estaduais (10,7%).

O Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho iniciou recentemente uma campanha de esclarecimento contra esse tipo de *fake news*, que busca convencer a população a abrir mão do ramo do Judiciário constituído para garantir direitos sociais e a regulação das relações entre patrões e empregados. O Colepccor lembra que “o empregador, ao não efetuar o pagamento das verbas correspondentes à dispensa do empregado, é o responsável pela maioria das reclamações trabalhistas”. De acordo com os dados divulgados pelo órgão, em 2016, 58% das reclamações trabalhistas foram relacionadas a verbas rescisórias.

O **Relatório Geral da Justiça do Trabalho** aponta que a arrecadação decorrente de decisões judiciais aumentou 6,5% em 2017 comparada aos dados de 2016, totalizando R\$ 3,5 bilhões. Os valores pagos a reclamantes cresceram 26,7%, segundo o documento. No mesmo período, a despesa por habitante caiu 2,5% com a atualização dos valores relativos a 2016 pelo IPCA.

“Temos por trás disso também, e faz muito tempo, o desmonte da fiscalização por parte das Delegacias do Trabalho e o ‘ajuntamento’ de ministérios, o aumento da desvinculação de receitas da União (DRU). Afirmam que há déficit para restringir aposentadorias, mas continuam sangrando o orçamento social com a DRU. E a Justiça do Trabalho garante que aquilo que deixou de ser pago ao empregado durante o pacto laboral é finalmente pago ao



## Band reinicia campanha pelo fim da Justiça do Trabalho | 3

trabalhador, inclusive com ressarcimento aos cofres da previdência, que ainda é superavitária”, destaca a diretora do Sintrajud e servidora da JT em Cubatão Lynira Rodrigues Sardinha.

O argumento de que a resolução mais rápida dos processos garantiria efetividade da justiça omite o fato de que o Brasil é um país de histórica tradição de desrespeito aos direitos trabalhistas, fundado sob o modo de produção escravista, onde ainda persistem profissões alijadas de direitos previstos na legislação. As trabalhadoras e trabalhadores domésticos, por exemplo, só em 2015 conquistaram as mesmas garantias previstas na CLT desde 1943 para outras categorias (como jornada fixa, horas extras, registro obrigatório em carteira de trabalho, férias remuneradas e outros).

A reportagem da ‘Band’ destaca ainda que o Congresso Nacional já discute a extinção do ramo judiciário, como se houvesse um consenso social em torno a esta política. Embora não haja nenhuma proposta de emenda constitucional tramitando nesse sentido, apenas declarações do atual presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), e do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL/RJ), defendendo a redução da estrutura da JT. O vice-presidente eleito, general da reserva Hamilton Mourão, também declarou durante a campanha que o 13º salário seria uma “jabuticaba”. E Bolsonaro votou em favor da reforma trabalhista.



**SINTRAJUD** SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL  
NOSSA LUTA FAZ ACONTECER! NO ESTADO DE SÃO PAULO

---

Band reinicia campanha pelo fim da Justiça do Trabalho | 4



**SINTRAJUD** SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL  
NOSSA LUTA FAZ ACONTECER! NO ESTADO DE SÃO PAULO

---

Band reinicia campanha pelo fim da Justiça do Trabalho | 5



**SINTRAJUD** SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL  
NOSSA LUTA FAZ ACONTECER! NO ESTADO DE SÃO PAULO

---

Band reinicia campanha pelo fim da Justiça do Trabalho | 6



INFORMAÇÃO CONTRA AS FAKE NEWS

## JUSTIÇA DO TRABALHO EM DADOS



### LITIGIOSIDADE

Em 2017, o número de processos julgados na Justiça do Trabalho cresceu 7%; o de processos baixados subiu 6,6% e; apesar da 'reforma' trabalhista, os novos casos da movimentação processual cresceram 1,4%, evidenciando que a regulação dos conflitos é uma necessidade social que não se esvai com mudança legislativa



### PRODUTIVIDADE

A capacidade operacional da Justiça do Trabalho cresceu 5,03 pontos percentuais (p.p.) e os processos eletrônicos aumentaram em 4,14 p.p., enquanto a taxa de congestionamento caiu



### INDICADORES POR SERVIDOR

Os indicadores por servidor da Área Judiciária também cresceram. O índice de produtividade dos servidores aumentou 8,8% enquanto a carga de trabalho subiu 7%. O indicador de casos novos por servidor também cresceu 0,4%



### TRAMITAÇÃO PROCESSUAL

O tempo de tramitação de processos na Justiça de Trabalho também está entre os menores do Judiciário como um todo. Na primeira instância as ações levam em média 2 anos para sentença ou baixa e as pendências têm atingido o tempo médio de 4 anos. Nos TRTs o tempo de tramitação não ultrapassa 1 ano e no TST o tempo médio mais alargado é de 2 anos e 6 meses.



### ACESSO À JUSTIÇA

O índice de processos que tiveram concessão de justiça gratuita na Justiça do Trabalho ficou em 48%, perdendo apenas para a Justiça Militar Estadual, onde o índice foi de 85% em 2017. Em todo o Judiciário o índice foi de 33%

Fonte: Relatório Justiça em Números 2018 (dados relativos ao ano de 2017).

## Ataque aos servidores



## Band reinicia campanha pelo fim da Justiça do Trabalho | 8

A reportagem também ataca os trabalhadores da Justiça do Trabalho, informando que o orçamento do TST para 2018 é de R\$ 21,5 bi e que “a maior parte vai para folha de pagamento de quase 60 mil trabalhadores” dos TRTs. De acordo com o [Relatório Geral da Justiça do Trabalho](#), a força de trabalho efetiva no ramo em 2017 era de 46.499 servidores - 21 servidores para cada 100.000 habitantes, sendo 0,8% a menos que em 2016.

Nenhuma menção, por óbvio, foi feita ao trabalho desenvolvido pelos servidores e ao crescimento da produtividade no Judiciário Trabalhista. Segundo o **Justiça em Números** deste ano, o índice de produtividade dos servidores da JT aumentou 8,8% em 2017 na comparação com o ano anterior, e a carga de trabalho cresceu 7% levados em conta os dois períodos.

### **Dois pesos, um interesse**

A matéria reivindica os Estados Unidos como país “modelo” onde não há justiça especializada. O Grupo Bandeirantes não defende, no entanto, o exemplo norte-americano de controle social dos oligopólios midiáticos. Nos EUA, é proibida a propriedade cruzada de meios de comunicação (um mesmo grupo econômico não pode ser proprietário de redes de TV, rádios, jornais, provedores de internet e outras mídias, como acontece no Brasil e o Grupo Bandeirantes é um exemplo). Naquele país também é proibido que um mesmo grupo atue em todo o território nacional, influenciando de forma decisiva no desenvolvimento cultural e na formação de opinião pública. Aqui, quando se reivindica o controle social da mídia os oligopólios acusam “censura” e ação contra a liberdade do capital.

Entre os dados ressaltados no site da campanha de esclarecimento do Colepdecor está o desmentido de que a Justiça Trabalhista seria uma “jabuticaba” brasileira. “Inglaterra, Nova Zelândia, Alemanha, Austrália, França, Bélgica, Israel, Suécia, México, Chile, Argentina e Paraguai são alguns exemplos de países que possuem cortes especializadas em casos laborais”, lembra o colegiado.

O Grupo Bandeirantes de Rádio e Televisão e suas emissoras filiadas são reclamadas em dezenas de processos trabalhistas coletivos e individuais em todo o país. Os sindicatos de radialistas, como o do Estado de São Paulo, são substitutos processuais em uma série delas, mas há também muitas ações movidas individualmente por trabalhadores e ex-empregados. Esta talvez seja a motivação do conglomerado de mídia para defender o fim da Justiça do Trabalho.





**SINTRAJUD** SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL  
NOSSA LUTA FAZ ACONTECER! NO ESTADO DE SÃO PAULO

---

Band reinicia campanha pelo fim da Justiça do Trabalho | 9

A direção do Sintrajud repudia a postura do Grupo Bandeirantes de ataque à Justiça Trabalhista e aos direitos dos trabalhadores.